



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ACTA N.º 4/2005

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA,
REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2005: -**

---- Aos vinte e nove dias do mês de Abril do ano de dois mil e cinco, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, sob a presidência do Exmo. Sr. Dr. Gabriel Ribeiro da Frada, secretariado pelos Exmos. Srs. Luís Filipe Cruz Barreto, 1.º Secretário e o Sr. João Luís dos Santos Marques de Pinho em substituição do Eng. Tony de Jesus Ventura. Estiveram, igualmente, presentes os Deputados Exmos. Srs. Eng. Virgílio de Miranda Cravo Roxo, Eng. Carlos Manuel Brites Monteiro, Dr. Juan António Figueiredo Apolinário, Narciso Patrão António, Dr. José Manuel Fernandes Balugas, Pedro Nunes, Paulo Reigota, Manuel Ferreira Inocêncio, Prof. Luís Manuel de Jesus Lourenço, Prof. Maria Elzita de Miranda Seixas, Dra. Ana Maria Baião Seabra Ramos, Fernando Manuel dos Santos Alves, Dr. Manuel Rocha Marques Castelhana, Prof. Maria Arminda dos Santos Cosme Calisto Pimentel, Carlos Alberto dos Santos Milheirão, Dr. Luís Manuel Neves Rocha, António Aquiles Ribeiro Cainé e Mário de Jesus Manata. -----

---- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS: -----

---- A Mesa da Assembleia, no âmbito da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 46.º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, justificou as faltas dos Srs. Eng. Tony de Jesus Ventura, do Dr.



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Fernando de Jesus Regateiro, do Prof. Ramiro Távora da Cruz Acena e do Dr. Luís Miguel Domingues Mingatos. -----

---- **HORA DE ABERTURA:** Eram catorze horas e trinta minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido feita a chamada dos membros da Assembleia, com as presenças e a ausências anteriormente referidas. -----

---- Interveio o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia que começou por dizer que gostaria de começar a sessão com um voto de congratulação ao Sr. Dr. Fernando Regateiro pela sua nomeação para Presidente da ARS, mas como o visado não se encontrava na sessão, fazia-se o voto após a sua chegada, a fim de este verificar que os elementos da Assembleia estavam com ele, e, caso não chegasse, o voto ficava já expresso e num outro momento sujeitá-lo-ia à votação da Assembleia, acreditando o Presidente da Mesa da Assembleia que o voto era unânime nas duas bancadas e não ficaria mal que cada uma destas se pronunciasse. -----

---- Interveio o Sr. Vice-Presidente da Câmara para dizer que, a pedido do Sr. Presidente, a Câmara associava-se ao voto proposto. -----

---- Usou da palavra o Sr. Deputado Dr. Balugas para referir que a bancada do PS também comungava do mesmo sentimento. -----

---- Interveio o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia para dizer que, em cima da hora, se tinha acrescentado à ordem de trabalhos mais três pontos para a agenda, os quais não apresentavam polémica. -----

---- Interveio o Sr. Vice-Presidente para dizer que, na última reunião de Câmara, tinham sido aprovados por unanimidade três assuntos para serem submetidos à



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

deliberação da Assembleia Municipal, estando um relacionado com a adjudicação da zona de caça, outro com os estatutos da AIRC que foram reformulados para que, de alguma forma, a associação funcionasse de uma forma mais expedita, e finalmente outro com a cedência do direito de superfície para a construção do posto médico do Seixo e para a Associação de Idosos do Seixo, solicitando o mesmo à Assembleia que a contemplasse como agenda de trabalho. -----

---- Interveio o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia para dizer que, embora não fizessem parte da convocatória, não havia oposição na introdução desses pontos. -----

---- Usou da palavra o Sr. Vice-Presidente da Câmara para referir que a documentação relativa aos pontos mencionados tinha sido distribuída, mas não estavam no Edital. ----

---- Interveio o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia para dizer que os pontos não estavam no Edital e na convocatória, mas a Assembleia tinha que se pronunciar na aceitabilidade destes. O mesmo Presidente disse que gostaria de ser mais rigoroso em relação ao cumprimento do tempo no período “Antes da Ordem do Dia”, visto que este tem sido sucessivamente acusado de não cumprir o tempo, sendo que estava a alertar os membros para o facto de não estranharem a mudança de atitude, passando então para a aprovação das actas. -----

---- APROVAÇÃO DAS ACTAS DAS SESSÕES ANTERIORES:-----

---- Pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia foi posta à aprovação a acta da sessão extraordinária de 04 de Fevereiro de 2005, tendo a mesma sido **aprovada por maioria**, com uma abstenção do Senhor Deputado Dr. Juan Apolinário por ter faltado à dita sessão. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

---- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

---- Inscrito para usar da palavra interveio o Sr. Deputado Pedro Nunes para dizer que estava praticamente concluída a asfaltagem do Areão ao Poço da Cruz, mas alertou para o facto de que, antes dos trabalhos serem concluídos, devia atentar-se bem no cruzamento do Areão, pois, apesar de ter um separador no meio e apesar dos carros fazerem as manobras com alguma facilidade, quem vinha no sentido Aveiro – Areão deparava-se com um atrofiamiento grande na medida em que, de repente, a pessoa saía de uma estrada larga e apanhava o separador, tendo aparentemente alguma dificuldade de se poder controlar, podendo isto levar a uma situação de despiste; que, a resolução deste problema poderia passar pela colocação de uma lombas a Norte do separador, de modo a que a pessoa não entrasse com alguma velocidade ou algum descuido e não viesse a despistar-se, uma vez que o lancil estava um pouco alto. -----

---- Usou da palavra o Sr. Deputado Carlos Milheirão para salientar que precisamente no referido cruzamento onde foi colocado o separador, um senhor tinha danificado um pneu nesse lancil, considerando que o mesmo lancil se encontrava demasiadamente dentro da estrada; que, para as pessoas que não conheciam esta situação eram surpreendidas ao terem que se desviar do separador e da seta indicadora que lá se encontrava, estando mesmo sujeitas a ir contra o lancil do lado direito, sendo que esta situação já tinha acontecido ao próprio Deputado, mesmo circulando a trinta à hora. Em relação aos passeios que se andavam a fazer com calçada portuguesa, nomeadamente na estrada da Lagoa, o mesmo Deputado concordava com este trabalho, mas tinha que se ter em atenção aos estragos que os camiões e tractores



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

agrícolas faziam nessa mesma calçada, pois andava-se a fazer este trabalho e parte da calçada que já se tinha feito anteriormente, encontrava-se completamente destruída; que, se deveria responsabilizar as pessoas que tinham destruído essa mesma calçada, ou arranjar outro meio de aplicá-la, ou então, optar por outro tipo de material como por exemplo o cimento ou alcatrão; que, apesar da Avenida Central estar razoável, existiam passeios no Bairro do Norte que eram uma desgraça, sendo uma pena andar a calçar ruas onde praticamente não passava ninguém a pé, como era o caso da Lagoa, e a Praia ter passeios degradados. Relativamente à iluminação da pista, o Sr. Deputado Carlos Milheirão referiu que alguns cidadãos o tinham alertado para o facto de que havia alguns candeeiros partidos na zona entre a Meia Laranja e o Clube Náutico, bem como na zona da Videira; que, tinha pedido iluminação para a Praia, sendo que esse pedido já tinha sido feito no anterior executivo e tinha sido reforçado no actual e a situação não se encontrava resolvida, acrescentando que se tinha iluminado a estrada da Lagoa até à Praia não sabendo para quem, quando existia pessoas que necessitavam de iluminação pública nas ruas onde moravam. -----

---- Intveio a Sra. Deputada Ana Maria Baião para questionar como é que se encontrava o problema das contas da água para as famílias numerosas. Ainda relativamente à questão da água, a mesma Deputada referiu que, já por duas vezes, não recebia a factura da água em casa; que, recebia um postal onde dizia que tinha passado o período de pagamento, pedindo ainda para passar na Câmara Municipal, a fim de pagar a conta e os respectivos juros de mora; que, a mesma Deputada se tinha dirigido aos serviços da Câmara e lá lhe tinham dito que a morada estava bem, que a factura



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

não estava devolvida e que, com certeza, era um problema dos CTT; que, após esta situação, a mesma Deputada não fez nenhuma reclamação, visto que tinha pensado que ninguém estava livre dos erros; que, na seguinte conta, tinha ocorrido novamente a mesma situação e esta tinha ido mais uma vez à Câmara e lá lhe tinham dito novamente que o problema era dos CTT e era nesta entidade que tinha que reclamar; que, tinha ido aos CTT e o chefe lhe tinha dito que a entidade era apenas responsável pela distribuição que os carteiros faziam; que o carteiro, na sua opinião, tinha sido bastante competente até ao momento e não encontrava motivos para que este fizesse desaparecer as facturas da água; que, entendia que o contrato tinha sido feito com a Câmara e não com os CTT e caso se tivesse que fazer alguma reclamação, esta era dirigida à Câmara; que, gostaria que a Câmara estivesse consciente que as coisas não estavam a correr bem, pois além da Deputada, existia mais pessoas com queixas, não lhe parecendo correcto que atribuíssem as culpas para os CTT, pois se esta entidade realmente tivesse culpa, não eram os consumidores que tinham que fazer queixa, era a Câmara Municipal que deveria verificar o que é que estava a correr mal, dado que os consumidores não podiam pagar juros de mora pela incúria de outros; que, se poderia criar um gabinete de apoio ao consumidor, pois não se andava a bater de porta em porta a saber quem é que estava a falhar, além de que era um grande transtorno ter que se efectuar o pagamento apenas num determinado horário.-----

---- Usou da palavra o Sr. Vice-Presidente da Câmara para referir que, em relação à estrada da Barra, tinha tomado a devida nota, a fim de comunicar aos técnicos e ao vereador do Pelouro as sugestões que tinham deixado; que, aquilo que estava a



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

acontecer na estrada da Barra, estava a desenvolver-se em duas fases, sendo que a primeira fase tratava da lancilagem e do tapete e a segunda fase tratava da sinalização; que, quando se passasse para a segunda fase seria então a altura de se equacionar a situação e eventualmente até alterar o que lá se encontrava, considerando que a segunda fase poderia resolver o problema da primeira, pois a estrada com o tapete que possuía, tinha muita falta de sinalização; que, se devia adoptar medidas tendentes a minimizar estragos, visto que, por um lado, havia pessoas que não respeitavam a sinalização e, por outro, a sinalização era tanta que, muitas vezes, não se tomava atenção ao que lá se encontrava, sendo que tudo o que pudesse diminuir esse impacto, obviamente, seria bem-vindo, acrescentando ainda que se encarregaria então de transmitir a preocupação das duas pessoas que expuseram a situação. Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Carlos Milheirão, o Sr. Vice-Presidente da Câmara referiu que a calçada à portuguesa era muito bonita, mas com o tipo de hábitos que se tinham adquiridos era muito difícil mantê-la; que, este tipo de material degradava-se com as simples caleiras a correr directamente para o passeio e além disso, tinha visto um camião a fazer uma curva apertada, passando por cima de um passeio e destruiu-o todo; que, ficando ao critério dos técnicos, talvez a pavimentação com pavê poderia resolver isso. Quanto ao Bairro Norte, o mesmo Vice-Presidente disse que era uma área muito querida para ele, visto que esta tinha sido objecto de estudo no “Ecomira”, mas o dinheiro do Programa Operacional do Ambiente não tinha dado para atingir os objectivos; que, o projecto já estava concluído e considerava que, com o dinheiro do quarto apoio comunitário, conseguia-se chegar lá, sendo que o objectivo era tornar o



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Bairro Norte atractivo para os turistas; que, existia um estudo muito interessante que previa a humanização daquela zona através do alargamento dos passeios e da colocação de algumas árvores e alguns espaços que lá se encontravam necessitavam de elementos de embelezamento, sendo que, para além da calçada da Barrinha, esta era uma das acções que estava prevista. Relativamente aos candeeiros partidos e à iluminação pública, o Sr. Vice-Presidente disse que iria ter em conta as recomendações dadas, mas considerava que o que estava mal não era a iluminação que estava feita entre a Lagoa e a Praia de Mira, mas sim a falta de iluminação na Praia de Mira. Relativamente à questão do regulamento das tarifas para famílias numerosas, o Sr. Vice-Presidente referiu que era o Sr. Vereador Luís Balseiro que estava a trabalhar nisso, sendo que o assunto ainda não tinha ido à Assembleia e à Câmara, mas da sua parte também se tinha comprometido a não esquecer o assunto, acrescentando que, talvez não iria beneficiar disso, mas, tal com a Sra. Deputada Ana Maria Baião, tinha-o sentido na pele. Em relação ao pagamento da água, o Sr. Vice-Presidente disse que a emissão das facturas do pagamento da água era feita pelos CTT mediante um suporte informático que era fornecido pela Câmara, existindo um acordo entre a Autarquia e os CTT para o efeito; que, tanto quanto se sabia, existia problemas que estavam relacionados com a harmonização dos sistemas informáticos entre a Câmara e os CTT, não se sabendo de quem era a culpa; que, o carteiro, provavelmente não era o culpado, mas também se sabia o modo como os CTT estavam a funcionar; que, o problema não era da Câmara Municipal de Mira, mas sim de todas as Câmaras que utilizavam as aplicações de informática da Associação de Informática da Região Centro, Associação



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

esta que era formada por um conjunto de Câmaras e dos sistemas informáticos dos CTT; que, teria de ser a AIRC, que se encontrava a trabalhar com os CTT, a harmonizar o procedimento. Quanto à criação do Gabinete de apoio ao consumidor, o Sr. Vice-Presidente salientou que a Câmara, no presente momento, tinha uma estrutura informática invejável e tinha começado a criar um front-office de um conjunto de quatro ou cinco funcionários que fizessem um atendimento expedito, de uma forma célere e simplificada para o atendimento de todos os assuntos dos munícipes; que, a Câmara tinha feito uma candidatura à modernização administrativa, junto da Direcção Geral de Administração Local e também já tinha ido à Câmara de Estarreja ver um desses gabinetes que tinha sido recentemente inaugurado; que, esta era a filosofia que já existia em alguns serviços públicos, nomeadamente da Segurança Social que permitiria no futuro fazer um requerimento via Internet e depois quando o utente viesse levantar à Câmara o produto desse requerimento, assinava-o e pagava as respectivas taxas, ou se o utente dissesse que queria tratar de um assunto e fazer um requerimento, o funcionário, mediante o requerimento que aquele pretendesse fazer e com a apresentação do número fiscal de contribuinte, provocava a emissão informática do documento e depois apresentava-o ao utente para proceder à sua assinatura, sendo que estes eram alguns dos elementos que se pretendiam introduzir na modernização administrativa da casa. -----

---- Interveio a Sra. Deputada Maria Elzita Seixas para questionar quando é que eram apresentadas as contas de S. Tomé e numa altura em que já se faziam os preparativos para a próxima festa, a mesma gostaria de saber o local onde esta iria ser realizada. A



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

mesma Deputada realçou ainda que havia falta de casas de banho públicas no Centro da Vila, na medida em que via os utentes do Correio, da Câmara, do Notariado e até do Cemitério aflitos e inclusivamente estes últimos pediam aos coveiros para se servirem de umas instalações provisórias. -----

---- Usou da palavra o Sr. Dr. Juan António Apolinário para frisar que se deveria enquadrar os passeios do Bairro Norte num estudo, pois era uma zona que se encontrava um pouco carenciada e os passeios estavam também degradados. Relativamente à iluminação e mais especificamente à pista ciclo pedonal, esta era uma obra que tinha trazido alguma mais valia ao Concelho; que, se deveria preservar uma obra que tinha sido projectada há uns anos atrás por um candidato do PSD à Câmara Municipal que tinha perdido, sendo que, mais tarde, o PS que, na altura, tinha usado esse projecto como chacota, acabou por assumi-lo e em boa hora o tinha feito, dado que era uma obra que enriquecia a todos. O mesmo Deputado referiu que se aproximava mais uma época balnear e gostaria de saber o que é a Câmara Municipal tinha projectado em termos de animação cultural e em termos de divulgação das mais-valias do Concelho; que, tinha falado com o Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira que, apesar de, em termos logísticos, competir à Câmara, à Junta de Freguesia e às entidades responsáveis nessa área servirem de veículo condutor, seria de bom tom fazer algumas fainas de pesca com as pessoas da Arte Xávega, com os bois e com o folclore típico do Concelho; que, tudo teria que ser planeado na presente altura, a fim do evento ser implementado na época balnear, considerando também oportuno introduzi-lo na agenda cultural da Câmara; que, juntamente com as entidades e os



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

particulares que trabalhavam nisso, deveria fazer-se duas ou três fainas à moda tradicional, com o leilão do peixe, considerando que seria algo a explorar, dado que as raízes culturais do Concelho, advinham daí. Relativamente àquilo que o Sr. Deputado Carlos Milheirão tinha dito, o Sr. Deputado Dr. Juan António Apolinário salientou que a Câmara Municipal possuía serviços de fiscalização e deveria responsabilizá-los para avançar nesse aspecto e chamar à atenção para essas situações menos claras. Em relação à intervenção da Sra. Prof. Ana Maria Baião, o mesmo Deputado sugeriu que esta utilizasse o débito bancário e deste modo ultrapassaria a situação.-----

---- Interveio o Sr. Deputado Paulo Reigota para referir que a estrada que limitava os Concelhos de Vagos e de Mira afunilava muito e se não se resolvesse esta situação, qualquer dia poderia haver uma grande desgraça. Relativamente ao projecto que existia para implantar bungalows no Parque de Campismo, este já se encontrava há, pelo menos, doze anos para ser realizado; que, o Concelho de Mira não tinha tanta oferta hoteleira que se pudesse deixar passar o referido projecto. Quanto às obras da rotunda da ponte da Praia de Mira, o mesmo Deputado referiu que era contra uma rotunda a seguir a uma ponte e além disso, considerava que, naquele sítio, não era necessária; que, iria haver obras na Praia de Mira antes da época balnear, sendo que esta situação já acontecia há três ou quatro anos seguidos e as pessoas já se começavam a cansar, solicitando então um esclarecimento relativamente a esta situação. Quanto ao ajardinamento da rotunda à entrada do Concelho, o mesmo Deputado disse que, não sabendo se era da responsabilidade da Câmara ou da Lusoscut, esta encontrava-se muito feia, e além de se encontrar feia, o painel do Dr.



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Paulo Portas nunca mais era de lá retirado. O mesmo Deputado solicitou o alargamento do horário do Museu Etnográfico no período compreendido entre Abril e Maio, até às oito ou nove horas, pois havia muitos estrangeiros e nacionais que queriam ir ao museu e entre as cinco e meia e seis horas este encontrava-se fechado. ---

---- Usou da palavra o Sr. Vice-Presidente da Câmara para dizer que, no que toca às festas de S. Tomé, a apresentação de contas tinha sido feita aos Vereadores na penúltima reunião e poderia ser distribuída na próxima Assembleia Municipal.-----

---- Interveio a Sra. Vereadora Lurdes Mesquita para referir que as festas de S. Tomé do corrente ano não iriam ser realizadas na Escola Secundária, dado que os exames Nacionais do décimo segundo ano, iriam decorrer mesmo no dia vinte e cinco de Julho e daí que não se poderia fazer barulho, pois incomodava os alunos que se encontravam a fazer as provas, existindo, então, a alternativa de fazer a festa na Vila e a seu tempo seria comunicado; que, quanto ao programa das festas, este estava praticamente definido e brevemente, também seria apresentado ao público; que, em relação às contas de S. Tomé, estas já tinham sido apresentadas aos Vereadores na penúltima reunião de Câmara, mas caso os membros quisessem, as contas eram apresentadas na presente reunião de Assembleia; que, a animação de época balnear, tal como nos anos anteriores, estava a ser programada, mas a Associação Empresarial de Mira também estava a fazer uma candidatura em parceria com a Região de Turismo do Centro, explicando a mesma Vereadora que era uma medida que previa apoios para a animação da época balnear, esperando que essa candidatura fosse aprovada, mas de qualquer forma, estava-se a acautelar também a situação e haveria a animação de



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

época balnear, sendo que, tal como os outros anos, apostava-se na música etnográfica, mas também para outro género de música. -----

---- O Sr. Vice-Presidente interveio para referir que, quanto à sugestão de fazer duas ou três fainas, não sabia se isso era exequível ou não, pois quando foi feito o filme “A Conquista das Areias”, um dos maiores problemas tinha sido arranjar os bois, mas, de qualquer maneira, a sugestão tinha ficado assente.-----

---- A Sra. Vereadora Lurdes Mesquita usou da palavra para salientar que se tinha chegado a pensar que poderia ser concretizado uma espécie de museu vivo na Praia de Mira, durante a época balnear; que, se tinha contactado com a Associação de Arte Xávega, tinha-se estudado o assunto, mas esta Associação não tinha considerado muito viável esta reconstituição; que, se tinha tido uma reunião com o Presidente da Região do Turismo do Centro, o Dr. Vieira Lopes, e este tinha dito que já tinha pensado no assunto, mas só para actuarem duas vezes por semana iria para cerca de trinta mil contos, e não eram aquelas companhas que tinham vários bois, eram companhas que possuíam uma ou duas juntas; que, sustentar os bois e as pessoas era muito caro e até ao momento não tinha havido nenhum programa ao qual se conseguisse aceder para haver uma candidatura a meios financeiros. -----

---- Relativamente à intervenção da Deputada Maria Elzita Seixas, o Sr. Vice-Presidente disse que era uma necessidade a existência de casas de banho públicas, mas o grande problema era conseguir mantê-las em bom estado de conservação, não se referindo à limpeza, mas sim à questão do vandalismo; que, se tinha que fazer uma reflexão quanto ao tipo de educação que se estava a dar aos jovens, sendo que se tinha



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

a tendência de pensar que a educação era da competência da escola, mas, na verdade, as escolas e as associações apenas ajudavam, sendo da família a obrigação de educar; que, na presente Assembleia, alguém já se tinha queixado da destruição dos pontos de iluminação ao longo da pista, explicando o mesmo Vice-Presidente que, quando se encontrava na Direcção do Clube Náutico, numa noite, tinha visto destruir algumas dessas iluminações e quando alguém tinha chamado à atenção, houve pedrada no carro, sendo que as casas de banho tinham o mesmo problema, não querendo dizer que não tivessem que funcionar, mas era um problema conseguir mantê-las intactas. Quanto à intervenção do Sr. Deputado Paulo Reigota, o Sr. Vice-Presidente referiu que, no assunto da Barra, já estava tudo conversado, ficando apenas o reforço da preocupação do mesmo Deputado. Em relação aos bungalows no Parque de Campismo, o Sr. Vice-Presidente disse que tinham projecto aprovado, concursado e a candidatura feita à CCDR na medida 3.13, medida esta onde se podia ir buscar dinheiro; que, o projecto não era só para a construção dos bungalows, mas seria também para a requalificação de todo o parque, ou seja, a ideia era diminuir a carga humana no parque e aumentar-lhe a qualidade; que, o projecto iria para quatrocentos mil contos, sendo esse valor incomportável para a Autarquia prosseguir com o mesmo projecto sozinha, sendo que a Câmara, como já tinha sido referido, executou o projecto, submeteu-o a concurso e estava à espera de aprovação; que, para a CCDR aprovar o projecto em causa, ficaria muito pouco para projectos de outros municípios; que, existia alguma esperança na aprovação do projecto, visto que tinha sido aprovada uma reprogramação financeira do programa operacional do centro e de parte das



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

verbas do “Metro Mondego”, já não havendo hipótese nenhuma de as gastar até ao final do terceiro quadro comunitário de apoio, tendo sido redistribuída, tendo calhado mais oito milhões de euros na medida do 3.13; que, em termos de bungalows, era um conjunto de vinte e um, completamente equipados para acolher famílias até seis pessoas e tinha-se chamado, por questões de classificação de turismo, unidades complementares de alojamento. Relativamente à rotunda na ponte, esta iria surgir já perspectivada para a distribuição de trânsito na variante quando ela fosse feita; que, a ideia era esta rotunda ser distribuidora do trânsito, quando se conseguisse descongestionar a parte central da Praia de Mira e fazer circular o trânsito à volta. Em relação à rotunda na A17, o Sr. Vice-Presidente disse que a mesma pertencia ao Instituto de Estradas e inclusivamente parte da rotunda estava em cima de terrenos que eram municipais e tinham sido expropriados ao domínio Municipal; que, obviamente, se tinha que falar com o IEP e além disso, tal como o Sr. Deputado Paulo Reigota tinha referido, existia lá um painel, mas quando a Câmara Municipal tinha resolvido publicitar a incubadora, o Instituto de Estradas tinha-se oposto a que essa publicitação fosse feita na Variante e teve que se arranjar uma solução, a fim de ser vista de um lado e do outro, acrescentando que havia tantos escrúpulos para umas coisas que até eram do município e o painel encontrava-se no referido local ad aeternum. Relativamente ao alargamento do horário no Museu, o Sr. Vice-Presidente salientou que a Sra. Vereadora Lurdes Mesquita estava a tratar do assunto, mas com a situação financeira da Autarquia, julgava que não dava para fazer grande coisa, acrescentando que com o recurso a estagiários era possível resolver a situação. O Sr. Vice-Presidente



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

referiu ainda que as duas ATM's que se encontravam na Praia de Mira, na Caixa de Crédito Agrícola não davam resposta no período de ponta; que, se tinha solicitado à Caixa de Crédito Agrícola o reforço e a entidade disse que reforçavam, mas não havia espaço para colocá-las, tendo-se ainda equacionado a hipótese de colocá-las no Mercado Municipal, mas não existia um local apropriado para as colocar; que, tinha surgido a ideia de criar um quiosque de apoio ao turista na Praia de Mira, com duas ATM's e com três ou quatro quiosques multimédia, onde pudesse ser divulgado tudo o que havia de interesse em termos de equipamentos hoteleiros, de actividades de animação na Praia de Mira, mas o problema era saber onde é que o quiosque ficava bem, isto é, acessível ao público. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Fernando Alves para referir que após uma dúzia de anos, tinha chegado um abrigo escolar aos Leitões; que, apesar da Câmara não ter nada a ver com a situação, o técnico tinha definido a localização e colocado o abrigo escolar em plena curva, o que deixava muito a desejar por uma questão de segurança. Relativamente à questão que a Sra. Deputada Ana Maria Baião tinha levantado, o mesmo Deputado disse que, realmente a Câmara tinha dado a conhecer que conhecia o assunto do eventual extravio de facturas, mas desconhecia que o cidadão tinha que pagar o juro, considerando que nesta situação a Câmara tinha que assumir o erro. Ainda em relação à água, o Sr. Deputado Fernando Alves referiu que numa das Assembleias no princípio do presente mandato tinha-se aprovado a questão dos tarifários da água que seriam pagos mensalmente, sendo que, mais tarde, a Câmara tinha resolvido que o tarifário seria pago bimensalmente; que, se tinha aprovado



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

tarifários mensais, mas, no presente momento, os tarifários eram bimensais, sugerindo que o tarifário deveria ser dividido por dois-----

---- O Sr. Deputado Luís Pinho interveio para dizer que era de louvar que se fizessem actividades como o “Ecomira” e os apoios do Programa Operacional do Ambiente, pois Mira era um Concelho vocacionado para o turismo, citando umas palavras do Sr. Presidente da Câmara; que, se deparava com situações que não lhe queria chamar absurdas, mas no mínimo eram paradoxais na medida em que na comunicação social surgia sempre o ambiente e além disso, na presente altura já se começava a considerar que falar da ecologia era “in”; que, era aberrante a intervenção do executivo na margem da Lagoa numa das margens mais virgens do local, isto é, a margem Sul Sudoeste que se situava entre a parte da Vala Velha e a Vala de descarga da barragem; que, tinha sido informado que a intervenção tinha sido feita para corrigir um problema na margem que estaria a provocar a baixa do nível do lençol freático na Lagoa; que, a Câmara tinha depositado entulho grosseiro, onde se juntava restos de casas, vigas, tijolos, vidros, e plásticos, numa zona verde, habitualmente utilizada para as árvores humidificarem e onde existia lontras, sendo que o mesmo Deputado ficava chocado com o facto de que pessoas responsáveis que tinham que ter conhecimento e preocupações a nível ambiental e estar a cargo de um organismo público e municipal que tinham o ambiente como principal bandeira, não podiam fazer actuações deste tipo; que, o entulho não poderia ficar ali, visto que seria perfeitamente natural que nascessem ervas, propondo então que a Câmara se responsabilizasse por repor a situação através da extracção do entulho mais grosseiro, nomeadamente aquele que



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

demorava mais tempo a degradar-se, bem como da reposição de uma camada superficial de terra preta e por fim proceder-se à arborização do local, a fim desta situação não se tornar no mesmo problema dos passeios, pois as chuvas e o vento batiam ali e aquilo começava a degradar-se, ficando depois os entulhos maiores; que, não queria atacar os membros da Praia de Mira, mas a Praia de Mira não era o único Ex-libris do Concelho, a Lagoa também fazia parte disso, sendo que se a Lagoa estava poluída, a Barrinha também iria estar, pois a Lagoa era um afluente da Barrinha. O mesmo Deputado salientou ainda que a Lagoa de Mira era atravessada por uma estrada onde existia muito trânsito e as pessoas passavam fora do limite de velocidade, sendo que, os centros urbanos de concelhos como Cantanhede e Estarreja possuíam pisos superiores e na Lagoa nem sequer existia uma passadeira de peões para atravessar o centro da localidade, sabendo-se que existia nesse local três cafés e uma associação representativa do Concelho; que, a mesma situação se passava em frente à casa do Sr. Vereador José Mesquita, onde se encontrava um sinal de passadeira, sendo que o mesmo Deputado se colocava na passadeira de propósito, agarrado ao sinal, com o intuito de verificar se alguém via a passadeira, mas ninguém parava; que, esta situação era um problema que toda a gente via e ainda ninguém tinha feito nada, sendo que já tinha apelado para que se chamassem os técnicos e estes tinham dito que não poderia ser colocado o piso superior, dado que provocavam o constrangimento do trânsito, mas, o próprio Deputado disse que se lá tivesse morrido alguém naquele local, já lá estaria algo, não se podendo agir depois das coisas acontecerem; que, aquela era uma zona que também tinha eleitores de um partido e de outro e também mereciam o



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

mesmo tratamento, exigindo então que ali se fizesse alguma coisa. O Sr. Luís Pinho referiu ainda que, reforçando a ideia do Sr. Deputado Dr. Juan Apolinário, a Arte Xávega era ainda um dos melhores exemplares da cultura e da etnografia do Concelho, destacando também os Ranchos Folclóricos, os moinhos, as construções de barcas e quando se apresentava projectos como o “Ecomira”, estes pontos tinham que ser focados; que, as pessoas tinham que partir de um ponto de que as coisas existiam e que eram pequenas, mas eram elas que davam o nome ao Concelho, dando o exemplo da Praia de Mira que lhe chamavam palheiros de Mira, na medida em que há uns anos atrás existiam lá palheiros e tinha sido devido a esses palheiros, que ainda lá se encontravam, que tinha levado Raul Brandão a escrever sobre Mira; que, achava muito bem que se propusesse a Arte Xávega, mas o problema era mesmo arranjar os bois, sendo que poderia haver bois de muitas espécies, mas tinham que ser bois que possuíssem muita força e vocacionados para esse trabalho, acrescentando que quem trabalhava na Arte Xávega não estava disposto a ir com bois de outras pessoas. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Narciso Patrão para dizer que a Assembleia tinha que fazer críticas e chamar a atenção para o que considerasse que não se estava correcto e o executivo tinha por obrigação reparar ou atenuar essas críticas quando elas chegavam à Assembleia. Relativamente à questão da Sra. Deputada Maria Elzita Seixas, o Sr. Deputado Narciso Patrão disse que não existiam umas sanitas públicas em condições e quem visitasse Mira tinha que ir pedir a um lado e a outro, a fim de satisfazer uma necessidade fisiológica, sendo mesmo necessário umas casas de banho decentes no Centro da Vila; que, chamava à atenção para o cheiro que era provocado



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

pelas sarjetas em frente à Câmara, em frente à casa do próprio Deputado e em frente à Igreja, devendo este cheiro ser causado pela ligação dos esgotos à pluvial, ou pelo entupimento dos próprios esgotos, sendo que, no seu estabelecimento, quando descarregava o autoclismo, demorava tempo a dar vazão; que, esta situação já tinha sido chamada à atenção mais que uma vez, querendo livrar-se de ser acusado de que Mira cheirava mal e já tinha havido pessoas de fora a dizer isso, sendo que o próprio Deputado afirmou que não queria que Mira cheirasse mal, mas sim bem. Em relação à confluência da Rua António José de Almeida com a Rua Brandão, o Sr. Deputado Narciso Patrão referiu que não era necessário chover, bastava apenas orvalhar para se originar uma lagoa; que, a Rua Brandão estava em estado péssimo e a iluminação era péssima, sendo que já tinha chamado à atenção para esta situação e o Sr. Presidente tinha dito que a EN109 iria levar uma intervenção, mas essa intervenção não se tinha feito e nem se sabia quando é que iria ser feita. O mesmo Deputado salientou ainda que as pessoas perguntavam por um Gabinete ou Posto de Turismo, não sabendo se existia algum dentro da Câmara, mas tinha existido um gabinete de turismo no exterior que já não existia; que, o mesmo Deputado dizia às pessoas que perguntavam pelo Gabinete de Turismo para se dirigirem à Câmara, sendo necessário haver um Posto de Turismo para dar informações.-----

---- O Sr. Vice-Presidente interveio para dizer que, relativamente à questão do abrigo escolar, era uma questão de se reflectir em conjunto onde é que ele ficaria bem situado para acolher os alunos, pois tinha-se pensado que aquele local era bom sítio, mas pelos vistos não era. Relativamente aos tarifários da água, o mesmo Vice-Presidente disse



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

que a aplicação informática estava preparada para não passar o escalão, pois isso era ilegal. Em relação à intervenção do Sr. Luís Pinho, o Sr. Vice-Presidente disse que o Sr. Vereador certamente iria falar da intervenção da Lagoa. O mesmo Vice-Presidente disse que, relativamente à questão do turismo, o “Ecomira” tinha sido desenvolvido por alguns Vereadores e técnicos da Câmara Municipal, bem como técnicos da CCDR e voluntários da área de Mestrado da Universidade de Aveiro, tratando-se de desenvolver um conceito de acordo com as experiências que cada um tinha para um turismo sustentado no Concelho de Mira; que, tinha estado num congresso no Estoril e um operador turístico tinha dado dois exemplos da Península Ibérica, nomeadamente a Praia de Mira e o Município de Calvia em Espanha, pois eram dois pontos de destino extremamente procurados pelos turistas da Europa Central na década de setenta, mas tinham deixado de o ser devido à descaracterização dos agregados; que, o mesmo operador tinha dito que se evitava de oferecer sol e praia, pois, no momento, havia muito mais barato e com a mesma qualidade na América Central, sendo que, o que valia a pena oferecer era o património natural e sobretudo o património cultural, entrando neste último a Arte Xávega, e tudo o que fosse cultura nas mais diversas vertentes, inclusive a vertente gastronómica; que, o projecto do Bairro Norte estava aí desenvolvido e só era exequível com a participação dos seus moradores através da criação de um ambiente mais humanizado, sendo que a Autarquia teria que se envolver ao nível dos passeios e de arborização, mas também teria que haver colaboração por parte dos moradores no que diz respeito à não utilização da rua para o comércio, sendo que as mentalidades, às vezes, eram as coisas mais complicadas de construir e não a



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

obra em si. Relativamente aos palheiros, o mesmo Vice-Presidente disse que estes eram de particulares, mas ninguém sabia disso; que, a Câmara tinha pedido que o edifício, que há pouco tempo tinha ardido e onde se encontrava a Guarda Fiscal, fosse recuperado ou retirado de lá, pois assim não poderia estar; que, o edifício era da área de jurisdição da CCDR e em determinado momento esta tinha avançado para a demolição e o proprietário tinha exibido um título de propriedade do edifício, indivíduo este que, tendo trabalhado nos Serviços Jurídicos da Embaixada Portuguesa e junto da Comunidade Económica Europeia, tinha entrado com uma acção e impediu que o edifício tivesse sido demolido; que, por um lado, os palheiros eram privados e por outro encontravam-se fora de jurisdição do Município, mas obviamente que concordava com o Deputado Luís Pinho com o facto de que o edifício poderia dar um museu do Palheiro da Praia de Mira, sendo uma ideia, mas seria difícil concretizá-la. Relativamente à questão do Gabinete de Turismo, o Sr. Vice-Presidente destacou que já há muitos anos este tinha sido mudado para o Palheiro da Praia de Mira, sendo que, apesar de ser desejável, era complicado ter dois pontos permanentemente abertos, na medida em que se tinha que ter consciência da realidade das posses que se tinha; que, o que se perspectivava era a abertura daquele apoio de pista que se encontrava na Lagoa assim que se conseguisse tomar posse do terreno que se encontrava em frente, que seria cedido ao domínio municipal numa operação de loteamento, seguidamente fazia-se um embelezamento do local e depois criava-se, apenas no Verão, um posto de apoio ao outro que se encontrava no Palheiro da Praia de Mira.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

---- Interveio o Sr. Vereador Luís Balseiro para dizer que, o abrigo escolar dos Leitões encontrava-se naquele sítio por vontade própria das pessoas dos Leitões, pois o próprio Vereador tinha-se deslocado até lá com o pedreiro da Câmara, a fim de escolher o sítio e as pessoas tinham entendido que aquele era o melhor sítio para o abrigo e foi lá que ele foi colocado. Relativamente à questão do Sr. Deputado Luís Pinho, o mesmo Vereador disse que tinha havido um rombo de uma grande dimensão na Vala, sendo que o pessoal e as máquinas estiveram no local dois ou três dias a colocar só areia, mas não se tinha conseguido, tendo-se então recorrido à colocação de entulho para estancar o rombo; que, obviamente, concordava que o que estava feito não era boa solução, sendo que aceitava a opinião de se colocar areia e arborizar o local. -----

---- Usou da palavra o Sr. Deputado Fernando Alves para referir que onde o abrigo se encontrava, para os vizinhos era “ouro sobre azul”, mas o que estava em causa era a segurança e a Câmara tinha que optar pela segurança, pois um abrigo colocado em plena curva era um atentado para um autocarro; que, esta opinião não era apenas sua, pois o mesmo Deputado esteve numa reunião onde se encontravam algumas forças vivas dos Leitões onde tinha sido decidido que se enviava uma carta de protesto à Câmara Municipal, a fim do abrigo ser de lá retirado; que, se iria ver as forças vivas do Concelho e da localidade, a fim de se verificar se aquele era o melhor local, pois não valia a pena meia dúzia de pessoas quererem o abrigo nesse local e colocar a segurança das crianças em risco. Relativamente à questão da água, o Sr. Deputado Fernando Alves salientou que a Câmara tinha que resolver a questão da factura da água e não chegar ao cliente e este ter que pagar os respectivos juros de mora; que, em relação ao



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

sistema informático, iria apanhar os tarifários e iria estudar, pois não concordava que fosse cem por cento correcto, mas dava o benefício da dúvida. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Luís Pinho para agradecer ao Vereador pelo facto de se preocupar com a intervenção na Lagoa e era de louvar que se tivesse mostrado disponível, a fim de resolver-se a situação. Quanto ao projecto “Ecomira”, o mesmo Deputado, depois de ter lido umas palavras do Sr. Presidente da Câmara acerca do projecto mencionado, disse que as palavras não bastavam, eram necessários actos. ----

---- Interveio o Sr. Deputado Pedro Nunes para referir que há cerca de dois anos o Grupo Folclórico Poço da Cruz tinha tentado fazer uma reconstituição de Arte de Xávega em colaboração com a Junta de Freguesia da Praia, mas não tinha sido exequível; que, no entanto, tinha havido disponibilidade de outros grupos na recolha de Trajes do Concelho ligados à pesca; que, Mira não era um Concelho apenas ligado à pesca e à Arte de Xávega, também tinha uma grande componente rural, sendo que, seria possível, em finais de Agosto, o Grupo Poço da Cruz fazer uma reconstituição de uma desfolhada no Largo da Barrinha, podendo até pedir-se a colaboração de outros grupos em termos de animação cultural, acrescentando que era um desafio mais exequível do que a reconstituição de Arte de Xávega, na medida em que eram necessários os documentos da Capitania. -----

---- Interveio o Sr. Deputado José Balugas para referir que a Arte de Xávega não era viável, pois os aparelhos de pesca eram maiores e mais pesados e também existia a dificuldade de colocar-se um barco no mar com os bois, além de que as associações de protecção dos animais poderiam também cair em cima, caso se fizesse a



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

reconstituição, pois já não se estava no tempo de picar os animais para trabalhar, sendo que não valia a pena pegar nesta ideia dado que não era viável; que, quando se falava nos palheiros, pensava-se logo que não se poderia mexer nos palheiros, dado que estes eram a preservação da memória, mas Paris, Copenhaga, Roterdão e até a Costa Nova também tinham palheiros, mas estes encontravam-se preservados; que, quando os turistas iam à Praia e perguntavam onde poderiam tirar fotografias de palheiros, estes eram encaminhados para ruas, como por exemplo a Rua dos Caixeiros, pois aí eles tiravam fotografias a um palheiro tradicional. O mesmo Deputado deu os parabéns à Câmara por ter levado a efeito um debate relacionado com a Barrinha e com um projecto de requalificação da mesma em conjunto com a CCDR; que, a Barrinha era indispensável para um turismo de qualidade, mas, no entanto, verificava que a Praia estava cada vez mais pirosa e feia, desde logo quando se via na Barrinha uma série de “Patos Donalds” e de “Ratos Mikeys”, sendo que isso não dignificava em nada; que, se deveria incentivar os barcos tradicionais bem arrançados, pois era a um barco ancorado e a um pescador a tratar do peixe que um turista queria tirar uma fotografia, sendo que o mesmo Deputado sabia que o que estava a dizer não era politicamente correcto e havia pessoas que iriam apontá-lo devido a este facto, mas também não estava a dizer para se acabar com aquilo repentinamente, mas sim progressivamente e ir implantando outro sistema; que, a Associação de Pesca Desportiva iria levar a efeito, no dia catorze de Maio, uma reconstituição da Pesca da Arte de Xávega e do chinha ou do faite, tendo, como objectivo de, por um lado, fazer a reconstituição dessa pesca tradicional e, por outro, mostrar às pessoas que proibiram esse tipo de pesca centenária, que seria



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

mais facilmente permitido o uso da chinha ou do faite novamente, do que propriamente a implementação ilegal da morte dos touros novamente em Barrancos; que, o uso da pesca à chinha ou do faite, por um lado, regulava as espécies, pois quando existia esse tipo de pescas havia pimpão com fartura na Barrinha, por outro lado, além de limpar as lamas que se iam depositando no fundo, também impedia o crescimento exagerado das algas, sendo que, numa primeira fase, este crescimento exagerado das algas limpava a água, mas no ano seguinte, com o apodrecimento das algas, estragava a água. Relativamente à colocação das caixas de Multibanco, o mesmo Deputado disse que era imprescindível que uma fosse colocada no Parque Municipal de Campismo e outra no Bairro Norte, pois já eram muitas pessoas que escusavam de deslocar-se ao Centro da Vila para levantar dinheiro. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan António Apolinário para referir que, apesar da Câmara ter vindo a aperfeiçoar esta informação, o relatório de actividades da Câmara era entregue fora de tempo. Relativamente à intervenção da Sra. Vereadora Lurdes Mesquita, o mesmo Deputado disse que não tinha gostado, pois foi uma resposta de política, isto é, vaga e sem qualquer tipo de informação; que, a Assembleia era um fórum político, mas as intervenções que fazia eram de natureza qualitativas, referindo-se mais subjectivamente a intervenções sobre a Praia de Mira, na medida em que era uma zona na qual mais se revia, acrescentando, contudo, que era um munícipe do Concelho e defendia tudo o que estava relacionado com o Concelho, sendo necessário dar algumas dicas. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

---- Usou da palavra o Sr. Deputado Carlos Monteiro para referir que queria falar sobre o Projecto “Ecomira”, mas o mesmo Deputado tinha sido muito bem representado pelo Sr. Deputado Luís Pinho, pois tinha dito praticamente tudo aquilo que o próprio queria salientar. Quanto à situação da Lagoa, o mesmo Deputado disse que tinha ficado abismado com aquilo que ouviu, pois o que se tinha dito era leviano e anti-ambiental; que, as coisas tinham que ser naturais e não tinham que levar betão e pedregulho, sendo que não havia desculpa para esta situação e o que se tinha que fazer era repor o que lá estava; que, reconhecia no Sr. Vice-Presidente um homem com sensibilidade para o assunto, sendo que o mesmo Deputado concordava totalmente quando aquele tinha falado que os valores era apresentar Património Natural, acrescentando que era necessário mudar mentalidades e que se devia começar, então, pelo executivo. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Luís Pinho para dizer que queria deixar bem assente que, quando tinha referido os ambientalistas e fundamentalistas, não tinha sido apelidado com esses nomes por ninguém do executivo e da Câmara, sendo que queria referir-se a um sector da sociedade minimamente esclarecido e culto que deveria ter outras preocupações e que não tinha, aproveitando certas intervenções, certos grupos ecológicos e ambientalistas para considerarem como fundamentalismos. O mesmo Deputado realçou o facto de que há uns anos atrás, na Orla Costeira de Mira, existiam uns bares de apoio de pista que eram mais semelhantes aos palheiros que existiam, do que aquilo que, posteriormente, tinha sido construído; que, se tinha perdido uma óptima oportunidade para preservar a traça típica dos edifícios da Praia de Mira,



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

quando não se tinha proposto que se construíssem edifícios semelhantes àqueles que eram construídos na costa de Mira e nas outras costas; que, não queria julgar o autor do projecto, pois este tinha sido aprovado e revisto, mas, na sua opinião pessoal, não gostava dos edifícios em causa, na medida em que estes eram uma poluição para quem queria ver a Orla do mar. -----

---- Interveio o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia para referir que se deveria ter alguma serenidade e distância crítica em relação aos movimentos ecologistas e outros, pois já tinha visto defesas quase intransigentes e julgava que quase todos eram intransigentes em relação à florestação das Dunas, sendo, no entanto, a maior riqueza que se tinha apresentado na Gândara; que, a acção do Regente Alberto Rei tinha sido o maior atentado em ecologia da zona, mas ninguém iria dizer que aquilo tinha sido um atentado contra o Concelho; que, era necessário manter uma distância crítica, mesmo na defesa dos palheiros, talvez, devendo mostrar-se apenas o lado de fora, pois, não se era mais capaz de mostrar a miséria e a vivência do que se passava dentro e no que tocava à cultura tinha que se mostrar tudo; que, se deveria defender a natureza, as águas e os hábitos de trabalho, mas não se deveria esquecer que muitas dessas coisas eram apenas imitações ou representações, nomeadamente a Arte de Xávega. -----

---- Usou da palavra o Sr. Deputado Carlos Monteiro para dizer que fazia parte de uma associação a nível nacional, isto é, era colaborador técnico da “GEOTA” e do defender as coisas até ao fundamentalismo existia uma certa distância, salientando que não se revia em fundamentalismos ambientais, mas também não defendia brutalidades.



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

---- Usou da palavra o Sr. Vice-Presidente para sugerir que, em relação ao abrigo escolar dos Leitões, quando viesse a carta de protesto em relação ao sítio onde este se encontrava, se indicasse o sítio onde se gostaria de ver o referido abrigo. Relativamente à segunda intervenção do Sr. Deputado Luís Pinho, o Sr. Vice-Presidente disse que havia assuntos que eram questões de opinião e todas as avaliações tinham sempre um certo nível de subjectividade, dependendo do estado de espírito, da formação e da estrutura psicológica das pessoas. Em relação aos apoios de praia, o mesmo Vice-Presidente disse que já tinha visto na imprensa atacar e defender o assunto. Em relação à questão do “Ecomira”, o Sr. Vice-Presidente disse que subscrevia todas as afirmações que o Sr. Presidente da Câmara tinha feito; que, o “Ecomira” era um conceito e não um projecto, conceito este que tinha sido desenvolvido mais por técnicos do que propriamente por políticos; que, o conceito “Ecomira” era tão aberto que a Junta de Freguesia do Seixo tinha contribuído com o avanço do Palhal e só na ponta final, por questões de logística e questões de apresentação de candidaturas aos Fundos Comunitários, tinha passado para a esfera da Câmara, mas sem a Junta de Freguesia de lá ter saído; que, aos quarenta e oito anos o mesmo Vice-Presidente tinha descoberto que a Ermida também tinha uma Lagoa e que se calhar valia a pena intervir; que, quando se tinha andado a ver por onde é que se poderia continuar a pista pedonal até ao limite do Concelho de Mira para uma tentativa de ligação à Fervença, no Concelho de Cantanhede, alguém da Ermida tinha chamado à atenção para uma Lagoa que existia, sendo que, no momento, encontravam-se com o Sr. Vice-Presidente, técnicos da CCDDR e técnicos da Câmara e ninguém sabia que



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

existia uma Lagoa nesse local e, pelos vistos, a CCDR, na parte do ambiente, iria intervir nela; que, dentro do conceito “Ecomira” já se tinha desenvolvido um conjunto de acções e de projectos, sendo que o Parque de Campismo tinha tudo definido e já se sabia qual era a empresa que tinha ganho o concurso para executar as obras; que, o “Ecomira”, como era um conceito aberto, continuava apto a receber contributos, sendo que o que se pretendia era, de alguma forma, dar sustentabilidade ao Concelho através de um vector fundamental, isto é, o turismo na sua vertente ambiental, pois, com as alterações climáticas, ninguém garantia que os meses de Julho e Agosto iriam ser bons para a praia. Em relação à opinião que o Sr. Deputado José Balugas tinha acerca da Arte de Xávega, o Sr. Vice-Presidente disse que, como era uma área que desconhecia, não iria emitir opinião. Relativamente à questão das gaivotas da Barrinha, o Sr. Vice-Presidente disse que esta questão tinha sido um dos assuntos que se tinha levantado, em privado, à CCDR, sendo que estavam previstos três pontões e um dos quais era para o clube náutico; que, a CCDR licenciava as gaivotas, mas, pelos vistos, não pensava onde é que as iria colocar e nem se sabia se elas estavam todas licenciadas e como, sendo uma questão de jurisdição da CCDR; que, se tinha alertado a CCDR para o facto de quantas gaivotas tinha licenciado, sendo que através de fotografia aérea se tinha verificado que existiam muitas. Em relação à questão do Ordenamento da Praia de Mira, o Sr. Vice-Presidente disse que este era sempre um problema sensível em qualquer Município, na medida em que existia a pressão urbanística, sendo que, às vezes, até se concordava com os Planos de Ordenamento do Território, desde que, com o tempo, eles colocassem aquilo que se quisesse; que, todas as pessoas queriam as



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

aldeias ordenadas, desde que os interesses delas fossem acautelados; que, tinha sido Deputado Municipal durante doze anos e tinha estado envolvido na discussão de alguns Planos de Ordenamento, e no momento que estava a trabalhar na área, tinha chegado à conclusão que não dedicava a devida atenção aos Planos, na medida em que, nas participações, as pessoas preocupavam-se com o facto do terreno ficar ou não na mancha urbana e não com outros aspectos como a dimensão das ruas e dos passeios, acrescentando que assim não se fazia ordenamento de maneira nenhuma. Em relação às caixas Multibanco, o Sr. Vice-Presidente referiu que, a primeira hipótese que se tinha pensado era no Parque de Campismo, mas o Parque às vezes inundava-se, sendo desejável que ficasse noutra sítio, podendo ser no Bairro Norte; que, a ideia era fazer um quiosquezinho onde ficassem dois Multibancos e três quiosques multimédia que permitissem ao turista obter informação, sendo que, na sua opinião, estes deveriam ficar num sítio central da Praia de Mira, pedindo, então, a colaboração dos Membros da Assembleia para a definição do local para os quiosques. Quanto à intervenção do Sr. Deputado Dr. Juan António Apolinário, o Sr. Vice-Presidente referiu que o Deputado tinha razão em relação à entrega do relatório de actividades, sendo que esta situação era à boa maneira portuguesa de funcionar, pois se este era entregue no início da Assembleia, de certeza que, com um bocadinho de jeito, o relatório era entregue quando os outros documentos fossem distribuídos. Relativamente à última intervenção do Sr. Deputado Luís Pinho, o Sr. Vice-Presidente referiu que era mais uma questão de opinião, sendo que, obviamente, todas as opiniões se respeitavam e este respeitava as do Sr. Deputado, assim como considerava que o Sr. Deputado também respeitava as do



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Sr. Vice-Presidente, acrescentando, por último, que, quando todos emitiam opinião, estava a contribuir-se para a elaboração das opiniões dos outros e isso era enriquecedor. -----

---- Seguidamente, pelas 16:30h, verificou-se um intervalo, tendo sido reiniciada a ordem de trabalhos às dezassete horas, verificaram-se as ausências dos Srs. Carlos Monteiro e Paulo Reigota. -----

---- interveio o Sr. Vice-Presidente para dizer que não queria passar ao período antes da ordem do dia, sem antes fazer o voto de congratulação pela nomeação do Sr. Prof. Dr. Fernando Regateiro para Presidente ARS da zona Centro; que, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, a nível pessoal, tinha admiração por aquele e nestas situações não olhava de qual Partido tinha surgido a nomeação, sendo que era o reconhecimento do valor extraordinário que aquele tinha, daí que se sentia agradado pelo facto de um homem de Mira com esse valor ter sido reconhecido para ocupar um lugar desses. -----

---- Usou da palavra o Sr. Deputado José Balugas para dizer que a Bancada do PS concordava com aquilo que o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia tinha dito, sendo que para o Concelho de Mira era um orgulho ter alguém representado a esse nível; que, de alguma forma, esta nomeação vinha engrossar mais o seu já longo currículo, pedindo o mesmo Deputado que esta mensagem fosse transmitida formalmente ao Prof. Dr. Fernando Regateiro. -----

---- Usou da palavra o Sr. Vice-Presidente para referir que o Sr. Presidente da Câmara lhe tinha pedido, já que este não poderia estar presente na Assembleia devido a um problema numa transacção tendente ao empréstimo para a construção da incubadora,



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

para, em seu nome e em nome da Câmara, propor um voto de congratulação pela nomeação do Prof. Dr. Regateiro, sendo que essa nomeação era o reconhecimento justo de um homem que tinha um perfil que todos lhe reconheciam, acrescentando que mal ia a terra que não reconhecia os seus filhos e os seus valores.-----

---- Seguiu-se a votação, tendo o assunto sido **aprovado por unanimidade e com aclamação.** -----

---- **PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----

---- **PONTO UM: “Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea e) do n.º 1, do art.º 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5 – A/2001 de 18 de Setembro”;**-----

---- Usou da palavra o Sr. Vice-Presidente para esclarecer um assunto que tinha sido levantado pelo Sr. Deputado Dr. Juan António Apolinário ao qual tinha respondido de uma forma que poderia ter sido interpretado como se estivesse a descartar a responsabilidade para cima dos funcionários; que, os funcionários municipais trabalhavam nas condições que se sabia, sendo que faziam maravilhas na sua generalidade e era graças ao seu profissionalismo que se conseguia chegar até onde se tinha chegado; que, quando se tinha referido que a situação da entrega do relatório era à boa maneira portuguesa não tinha tido em conta aquilo que tinha sido esclarecido pelo Chefe de Divisão, isto é, que a Divisão tinha tido alguma dificuldade em fazer sair o relatório atempadamente em função dos poucos recursos de que dispunha; que, a



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

responsabilidade era do executivo e ficava ressaltado o profissionalismo dos funcionários municipais, dos quais, julgava, que todos se orgulhavam.-----

---- Não tendo havido mais intervenções neste ponto, passou-se imediatamente para o ponto seguinte. -----

---- PONTO DOIS: “Apreciação e votação da Prestação de Contas relativa ao ano de 2004 e inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do ano de 2004, nos termos da alínea c) do n.º 2 art.º 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5 – A/2001 de 18 de Setembro”. -----

---- Usou da palavra o Sr. Vice-Presidente para dizer que a prestação de contas era um documento técnico e não político que espelhava o que se tinha passado na Autarquia ao longo do ano e como não era um documento político, à excepção da conclusão, tinha optado por não fazer considerandos políticos ao longo do relatório; que, no relatório se mostrava espelhado o nível de endividamento da Câmara e os constrangimentos que o município e o executivo tinham no momento, sendo que era extremamente fácil programar e orçamentar quando se sabia com o que se contava, mas este não era o caso, pois bastava lembrar que em dois mil e um o terceiro quadro comunitário de apoio estava quase esgotado; que, existia algumas verbas residuais em algumas medidas, sendo que se tinha andado a desenvolver os projectos e tentar que alguns fossem financiados; que, se tinha muita vontade de fazer o Parque de Campismo, o projecto estava pronto, mas tinha que se ter a consciência que, ou o Parque era financiado ou não se fazia; que, por um lado, se não fosse previsto e estava a falar-se logo de quatrocentos mil contos, podia-se correr o risco de, de um momento



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

para o outro, até ter-se hipótese, mas como não estava prevenido não se podia executar a obra, por outro lado, se o Parque de Campismo fosse previsto, podia-se correr o risco do Parque não ser financiado e não ser executado, sendo que, obviamente, esta situação trazia constrangimentos; que, o nível de endividamento era grande e alguns empréstimos já tinham ultrapassado o período de carência e tinham começado a ser pagos, para além da facturação que se tinha pago, nomeadamente em dois mil e dois tiveram que se pagar obras no valor de três milhões duzentos e noventa e nove mil euros, em dois mil e três menos e em dois mil e quatro menos ainda, mas tinha que se começar a pagar os empréstimos; que, o que o Município poderia ir fazendo era, por um lado, executar o que era inadiável, por outro aquilo que poderia esperar previa-se, mas preparava-se para aquilo que ainda houvesse nos pequenos montantes das medidas comunitárias e para o quadro comunitário que aí viria.-----

---- O Sr. Deputado Narciso Patrão leu um excerto da conclusão do relatório em causa, contendo a seguinte redacção: *“O presente relatório constitui um instrumento técnico de avaliação do estado financeiro da autarquia pelo que se impõe o rigor dos números. Da sua análise poderá verificar-se a dificuldade de gestão de uma organização com um nível de endividamento com a dimensão aqui plasmada o que não deixa a qualquer executivo grande margem de manobra. O nível de endividamento da autarquia patente e demonstrado no presente relatório e a quase inexistência de fundos comunitários do IIIº Quadro Comunitário de Apoio obrigaram-nos a uma gestão de rigor. Sem a venda de património, com a capacidade de endividamento quase no limite e a impossibilidade de captação de fundos*



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

*comunitários estamos impedidos de concretizar os projectos que pretendíamos executar. Há que assumi-lo sem rodeios: a situação financeira actual não permite ao município, por si só, abalançar-se a grandes projectos".*O mesmo Deputado referiu que teria que haver sempre uma gestão de rigor, não interessando se havia muito ou pouco dinheiro, pois se houvesse muito e se não houvesse rigor acabava por ser mesmo pouco; que, se atribuíam a culpa porque não havia fundos comunitários do terceiro quadro comunitário de apoio, perguntando, então, quantos projectos tinham sido submetidos à aprovação para concurso aos fundos comunitários e quantos desses projectos foram excluídos da candidatura a esses fundos comunitários. -----

---- Usou da Palavra o Sr. Deputado Luís Pinho para dizer que a primeira coisa que lhe tinha chamado à atenção ao ver o documento, para além de estar muito bem elaborado e ser de fácil observação, eram os desvios relativamente ao previsto, pois toda a gente sabia que o orçamento era uma previsão e a conta é que era uma efectivação; que, era um desvio enorme com taxas de execução de vinte por cento, sendo que era uma execução de um plano muito inferior ao que se tinha previsto e quando se tinha apresentado orçamento, tinha-se alertado para a situação; que, gostava de saber qual tinha sido o resultado da hasta pública do terreno do campo de golfe e se não tinham surgido investidores, porque razão é que a hasta pública não tinha sido mais divulgada; que, a nível de captação de investimento estrangeiro para o Concelho, faltava uma ligação até susceptível ao ICEP, de forma a cativar o investimento estrangeiro para o Concelho, pois considerava estranho um empreendimento deste



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

nível não ter ninguém interessado; que, queria focar essencialmente o facto da receita ser muito inferior e o facto da hasta pública estar sem interessados. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan António Apolinário para dizer que, ao contrário daquilo que o Sr. Deputado Luís Pinho tinha referido, o orçamento não estava mal feito, pois, em termos orçamentais, a execução da receita corrente tinha sido bastante elevada, isto é, noventa e três por cento, sendo que, nos últimos anos, daquilo que se lembrava, nunca se tinha tido margens destas, acrescentando ainda que havia uma justificação bastante plausível para a receita capital; que, em termos de indicadores económico-financeiros, a liquidez da Câmara permitia satisfazer os seus compromissos; que, a Câmara estava a cumprir com os compromissos assumidos e isso era algo que se devia salientar, sendo que se devia fazer um saneamento financeiro e por isso não se podia pedir grandes coisas nesse aspecto; que, já que se estava a entrar no período de pagamento de juros, havia de se tentar negociar com a banca, pois poderia haver ajustamentos de juros e quem não negociava não colhia, sendo que a estratégia era colocar outros parceiros financeiros ao “barulho”; que, se tinha chegado a um ponto em que não havia um inventário das existências e nem do património da Câmara, sendo que este assunto não entrava neste ponto, mas a Câmara poderia dar alguma indicação acerca do assunto, pois a não existência de inventário do património da Câmara tinha sido uma herança bastante pesada; que, os resultados também eram influenciados na medida em que não se catalogando, e quem percebia o mínimo de contabilidade e não tendo em consideração valor das existências, estava-se de alguma



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

forma a manipular os resultados existentes; que, a Câmara tinha que modernizar, e pelo menos, deixar um legado de alguma organização e de algum rigor. -----

---- Usou da palavra o Sr. Vice-Presidente para dizer que, relativamente à intervenção do Sr. Deputado Narciso Patrão, como nenhum projecto tinha sido executado, teve, então, que se proceder à execução de todos, sendo que não se andava a executá-los por medidas que já se sabia de antemão que já estavam esgotadas; que, no que dizia respeito ao saneamento, não se tinha candidatado nenhum projecto, dado que não existia verba; que, se tinha feito a candidatura para a medida 1.1, mais precisamente a escola das Cabeças Verdes e Portomar, encontrando-se a Escola do Casal de S. Tomé também em preparação para se candidatar, sendo que também se tinha feito a candidatura para a medida 1.13, dado que esta ainda tinha algum dinheiro; que, só para o Parque de Campismo, para além de outros projectos que se encontravam na mesma área, eram necessários quatrocentos mil contos e o Presidente da CCDR tinha dito que ainda havia dinheiro para o projecto, mas o problema era que existiam as outras Câmaras; que, se não se tivesse feito a candidatura era um erro, pois, entretanto, na reprogramação, tinha-se ido buscar mais dinheiro; que, tinha havido outros projectos que tinham sido executados e se tinha ido para outras áreas, dando como exemplo o Largo da Feira de Portomar e a Ponte da Praia que estavam a ser executados através de contrato programa, pois já não existia nenhum espaço para introduzir os projectos no terceiro quadro comunitário de apoio. Relativamente à questão do desvio que o Sr. Deputado Luís Pinho tinha referido, o Sr. Vice-Presidente referiu que o executivo municipal, quando apresentou o orçamento, tinha assumido esse mesmo desvio, mas



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

também tinha assumido e tinha cumprido o compromisso de não aumentar o endividamento da Câmara, a fim de permitir alguma maleabilidade na captação dos poucos fundos que ainda existiam. Em relação à questão da hasta pública do Golfe, o Sr. Vice-Presidente referiu que esta tinha ficado deserta devido à existência da crise económica a nível internacional, sendo que considerava que não tinha sido por falta de divulgação que esta tinha ficado deserta, pois tinha sido publicada nos principais jornais nacionais, acrescentado que os grupos económicos tinham tido conhecimento da existência da hasta pública; que se tinha passado à fase seguinte, ou seja, o executivo tinha autorizado o Presidente da Câmara a negociar por um preço não inferior ao preço base da hasta pública e nas condições que se encontravam expressas no programa de concurso de hasta pública, se entretanto aparecessem grupos económicos interessados; que, em caso de negociação, o Presidente da Câmara tinha referido, em reunião de Câmara Municipal, que iria convidar para a negociação um Vereador da oposição, um membro da Assembleia Municipal, cada um dos Grupos Parlamentares e o Presidente da Assembleia Municipal. Relativamente à questão do saneamento financeiro, o Sr. Vice-Presidente referiu que era uma necessidade urgente, pois, a certa altura, tinha começado a aperceber-se de um efeito perverso causado pelo facto da Câmara não ter um bom nome na assunção dos seus compromissos; que, não era muito experiente nos concursos de abertura e em algumas obras apareciam empresas a concorrer com preços exorbitantes na expectativa de que não se deixava de concorrer, mas também não estavam interessadas, tendo um efeito muito perverso nos concursos de empreitadas; que, na questão do património, era sabido que a localização



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

dos armazéns e a sua própria configuração, não permitia ainda uma ligação efectiva da gestão de Stocks ao sistema da contabilidade; que, na questão de inventariação do património, ela era obrigatória desde mil novecentos e noventa e nove, sendo que os funcionários da Câmara Municipal e um técnico superior, que já não se encontrava na Câmara e a quem lhes queria prestar uma homenagem, tinham sido exemplares na celeridade de, não só fazerem o levantamento de algum património, nomeadamente edifícios, como também na avaliação patrimonial; que, se sabia que o Município de Mira era rico em património, mas tinha-se pedido apoio a pessoas como o Sr. João Mendes, e o Sr. Eduardo Maduro, que tinha sido fiscal da Câmara, para dizer onde estava o património, património esse cujo levantamento estava a ser feito; que, se tinha ferramentas de georeferenciação e tinha-se um bom sistema de informação geográfica que se tinha instalado à conta do “Aveiro Digital”, sendo que se estava, paulatinamente, a fazer o levantamento do património imobiliário e a sua georeferenciação, tendo-se também a consciência de que, ao longo dos tempos, parte do património tinha sido absorvido ilicitamente por terceiros e o objectivo era evitar que essa situação continuasse; que, a avaliação de património tinha sido feita no ano passado e desde aí tinha continuado a ser feita, sendo que o Município não tinha o registo de um único bem imobiliário, inclusivamente o edifício da Câmara; que, a avaliação de património era um sorvedouro de Recursos Humanos, pois toda a gente sabia o trabalho que dava fazer participações, justificações, registos, sendo que era um trabalho que às vezes não se via, mas que tinha, claramente, que ser feito de uma vez por todas.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

---- Usou da palavra o Sr. Deputado Luís Pinho para dizer que o Sr. Deputado Dr. Juan António Apolinário tinha dito que não concordava muito com este, mas o facto é que só se tinha referido à receita de capital, sendo que tinha dito que tinha havido um desvio de quase oitenta por cento, pois era o que estava escrito no relatório. O Sr. Deputado Luís Pinho pediu ainda um esclarecimento relativamente na questão de que se estava perante um plano plurianual de investimento, mas a taxa de execução era anual, perguntando como é que se articulava esta taxa de 3,9% com um plano plurianual. -----

---- Interveio o Sr. Vice-Presidente para referir que, relativamente ao desvio da receita de capital, se caso se tivesse tido a oportunidade de vender o Golfe, tinha-se que o ter em orçamento, mas como não se tinha, nem sequer se podia fazê-lo, sendo que tinha sido uma receita que não se tinha concretizado; que, em relação aos indicadores anuais, não se tinha outra forma de procurar os indicadores, pois não se poderia estar a prever o futuro, sendo que estes tinham que ser anuais. -----

---- Usou da palavra o Sr. Deputado Luís Rocha para realçar a qualidade técnica, o rigor e a isenção do relatório em causa; que, a maioria dos membros não era financeiro e o relatório era perfeitamente perceptível para quem não o era, pois já lá ia o tempo em que apenas chegavam à Assembleia os mapas contabilísticos, os balancetes que também se encontravam no referido documento, mas que os membros tinham alguma dificuldade em interpretar e em ler; que, queria dar um registo especial à equipa da Câmara, pois, apesar das dificuldades, tinha feito um trabalho excelente. O mesmo Deputado realçou que a poupança corrente era positiva, isto é, a diferença entre aquilo



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

que a Câmara obtinha em termos de receitas correntes e as despesas correntes era positiva, o que queria dizer que a Câmara a este nível estava a fazer uma boa gestão; que, era evidente que o endividamento da Câmara era muito grande, o que tornava a situação muito difícil para o executivo; que, a evolução de endividamento desde Dezembro de dois mil e dois a Dezembro de dois mil e quatro passava de seis milhões e quatrocentos mil euros para seis milhões, quatrocentos e noventa e oito mil euros, tendo-se cem mil euros a mais nos dois anos, o que era insignificante, sendo que a Câmara tinha sido capaz de manter o endividamento em níveis aceitáveis; que, se ouvia muito que a Câmara tinha imenso pessoal, mas os números não enganavam, pois em Dezembro de dois mil e dois a Câmara tinha cento e setenta e oito funcionários, e em Dezembro de dois mil e quatro a Câmara tinha cento e setenta e um funcionários; que, a construção da incubadora era, não só o maior investimento dos últimos anos em Mira, como o maior investimento financiado, sendo que só isso respondia a uma parte daquilo que a Câmara tinha ido ou não buscar em termos de financiamentos comunitários. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Narciso Patrão para dizer que tinha ficado com a dúvida de que realmente seria possível alcançar algo dos fundos comunitários pelo facto de não se ter apresentado projectos, pois se não se tinham feito diligências nesse sentido, não se sabia se havia muito ou pouco dinheiro.-----

---- Usou da palavra o Sr. Deputado Virgílio Cravo Roxo para explicar ao Sr. Deputado Narciso Patrão que a Câmara para recorrer aos fundos comunitários, já que as obras não eram comparticipadas cem por cento, tinha que assegurar a fatia que lhe



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

cabia e se esta não tinha como assegurar, não via como poderia recorrer aos fundos comunitários. -----

---- Usou da palavra o Sr. Vice-Presidente para referir e endossar o louvor feito pelo Sr. Deputado Luís Rocha relativamente ao trabalho da equipa que tinha redigido o relatório em causa, sendo que esse louvor correspondia merecidamente e por inteiro à Divisão Administrativa e Financeira, bem como ao profissionalismo dos funcionários da Câmara que trabalhavam, como já tinha referido, nas condições que se sabia; que, tinha sido um trabalho muito profissional e que permitia a um leigo poder avaliar mais facilmente as contas do município. Em relação à incubadora, o Sr. Vice-Presidente referiu que esta tinha um financiamento garantido à construção e até dois mil e seis de 75%, com um investimento de um milhão de contos, sendo que era muito complicado para o município assumir directamente os 25%; que, se tinha utilizado alguma engenharia financeira, devido ao facto da incubadora, apesar da Câmara Municipal ser a detentora da maioria da incubadora, ser uma entidade distinta da Câmara Municipal, o que permitia fazer negociações com a banca, no sentido do projecto se auto-financiar; que, a incubadora era um projecto a que a Câmara se tinha abalançado, dado que poderia fazer alguma engenharia financeira, sendo que, com o volume de investimento e com a situação da Autarquia, a incubadora não poderia ser feita de outra maneira. Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Narciso Patrão, o Sr. Vice-Presidente disse que nunca se fazia uma candidatura, sem antes contactar com a CCDR, a fim de se saber qual era a situação, pois, se à partida se sabia que não iria haver dinheiro, então, não se iria fazer a candidatura, dado que se esta fosse feita,



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

corria-se o risco do processo ficar parado, e a seguir poderia aparecer outra oportunidade e não se poderia fazer a candidatura, porque já tinha sido feita uma anteriormente, dando como exemplo o Largo da Feira de Portomar, em que se caso tivesse sido feita uma candidatura a uma medida comunitária que estivesse esgotada, estava-se, depois, impedido de procurar outro tipo de financiamento, como era o caso do contrato-programa com o Governo, financiamento este que estava a comparticipar a referida obra; que, quando se tinha feito a candidatura para o parque de campismo, tinha-se assumido o risco, pois não se tinha a hipótese de o candidatar em outro lado, sendo que existia a indicação que parte dos dinheiro do Metro, que não iria ser utilizado na totalidade até dois mil e seis, poderia vir a cair nessa medida, tendo-se, então, dado prioridade a este projecto; que, quando se pensava em executar algo para o qual não se tinha dinheiro, a primeira questão era saber onde é que se poderia ir buscar, sendo que, se para determinado projecto não existia a possibilidade de comparticipação e se não era prioritário, então, dava-se prioridade a outros projectos, para os quais ainda se poderia ter alguma comparticipação, mas se o projecto fosse prioridade das prioridades e não houvesse possibilidade de comparticipação, então, executava-se com capital próprio; que, existia projectos que estavam executados e que não estavam candidatados porque se sabia que não havia medida para os candidatar, sendo que, caso fossem candidatados corria-se o risco de não se poder concorrer a qualquer medida do Governo Central através do Contrato-Programa. -----

---- Seguiu-se a votação, tendo o assunto sido **aprovado por maioria**, com uma abstenção da Sra. Deputada Prof. Maria Elzita Seixas. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

--- PONTO TRÊS: “Autorização para celebração de protocolos de delegação de competências a celebrar com as Juntas de Freguesia do concelho, no âmbito do art.º 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro”. -----

---- Interveio o Sr. Vice-Presidente para dizer que os referidos protocolos eram protocolos que a Câmara se propunha a fazer com as Juntas de Freguesia que assim o entendiam, pois considerava-se que as Juntas de Freguesia estavam mais próximas das populações e estavam mais atentas às necessidades que houvesse em termos de beneficiação de edifícios escolares; que, a Câmara trazia a proposta à Assembleia Municipal, proposta esta onde se encontravam espelhadas as obrigações a que ficavam as Juntas, bem como as obrigações a que ficava a Câmara para com as Juntas, nomeadamente na questão da transferência de verbas para as Juntas de Freguesia, no âmbito das competências que lhes delegava, estando relacionado com a manutenção das escolas. -----

---- Usou da palavra o Sr. Deputado Carlos Milheirão para dizer que as Juntas de Freguesia não tinham pessoal especializado para executar as tarefas, nomeadamente a Junta de Freguesia da Praia de Mira; que, o Protocolo também não indicava quem é que tinha que pagar os materiais, isto é, se era a Câmara que os fornecia ou se era a Junta de Freguesia que os pagava; que, se tinha que reconhecer que alguns edifícios escolares não estavam já em tão perfeito estado de manutenção de existência e sendo assim não sabia se quatrocentos euros anuais por sala chegavam; que, queria saber se havia fornecimento de material e se a mão-de-obra decorreria por conta da Junta de



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Freguesia ou se, uma vez que não havia pessoal especializado para executar alguns serviços, seria necessário contratar pessoas exteriores aos quadros da Junta de Freguesia. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Prof. Luís Lourenço para dizer que não tinha nada a ver com as Juntas de Freguesia, mas ao ler a minuta do protocolo tinha ficado apreensivo, dado que comungava com algumas situações que o Sr. Deputado Carlos Milheirão tinha referido; que, no protocolo se falava de transferências de verbas, presumindo o mesmo Deputado que fossem para cobrir hipotéticas despesas em termos de aquisição de materiais e sua aplicação, mas o problema partia do facto das Juntas de Freguesia não terem pessoal especializado; que, nas escolas, quando existia um problema para resolver, eram necessários alguns dias para que fosse resolvido, e caso o protocolo fosse aplicado tal como estava, o problema iria complicar-se, sendo que quem passava a sofrer era a população escolar; que, havia situações que deveriam ser repensadas, a não ser que elas fossem decorrentes de legislação a nível nacional, mas, de qualquer forma, a nível local, as situações deveriam ser repensadas. -----

---- Usou da palavra o Sr. Deputado Dr. Luís Rocha para referir que as Juntas não tinham pessoal especializado e reconhecia-se que esse pessoal não iria resolver o problema logo que se quisesse, sendo que, tal como o Sr. Deputado Luís Lourenço tinha dito, para, às vezes, se conseguir um electricista era um problema na medida em que este só poderia ir uma ou duas semanas depois; que, as crianças mereciam o melhor e custava-lhe assinar um protocolo que depois tivesse dificuldade em executar



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

e cumprir, sendo que, na sua opinião, a questão da verba era a menos importante, pois considerava que a Câmara estaria disponível para situações excepcionais.-----

---- Usou da palavra o Sr. Deputado Dr. Balugas para referir que concordava inteiramente com a assinatura de protocolos com as Juntas de Freguesia e que a ideia era boa, mas quando ouvia as preocupações dos Presidentes das Juntas e de outras pessoas que estavam ligadas ao ensino relativamente a este assunto, o mesmo Deputado não sabia se poderia manter a mesma opinião em relação ao protocolo, dado que tinha muitas dúvidas no que dizia respeito à sua assinatura, sendo que lhe parecia que este iria trazer mais problemas para as escolas em vez de melhorar a situação.-----

---- Interveio o Sr. Deputado António Cainé para referir que concordava plenamente com aquilo que os Srs. Presidentes das Juntas tinham dito; que, além das Juntas não terem funcionários que pudessem exercer essas funções, ainda existia o problema de que as pessoas que pudessem fazer esses serviços não passavam recibo, chegando-se à conclusão que não se poderia pagar às pessoas porque estas não se encontravam devidamente legalizadas para passar o recibo; que, concordava plenamente se no referido protocolo tivesse havido o cuidado de inserir outras áreas, nomeadamente a limpeza das povoações. -----

---- Usou da palavra o Sr. Deputado Dr. Luís Rocha para referir que esta situação não era má vontade das Juntas de Freguesia, pois estas acudiam a qualquer situação que existisse, ou seja, se lhes fosse pedido que fizessem a limpeza das áreas envolventes ou que resolvessem um problema qualquer, as Juntas faziam imediatamente o que lhes era solicitado, pois acreditava-se que as áreas da educação eram vitais; que, considerava



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

que a hipótese do Sr. Deputado António Cainé de alargar o protocolo era boa, na medida em que se dava a possibilidade de admitir uma pessoa com alguns conhecimentos nessas áreas. -----

---- Interveio o Sr. Vice-Presidente para referir que o protocolo em causa advinha de uma sugestão de negociação feita entre a Associação Nacional dos Municípios Portugueses e a Associação Nacional das Freguesias e o que se encontrava em causa eram as pequenas reparações que as Juntas poderiam agilizar mais rapidamente por estarem mais perto; que, ninguém esperava que uma Junta de Freguesia fosse fazer reparações de fundo numa escola, pois a este nível era a Câmara que as tinha que assumir ou então se esta acordasse com a Junta de Freguesia, obviamente, teria que se fazer a devida transferência; que, era muito mais fácil para a Junta contratar alguém para substituir um vidro numa escola do que vir à Câmara; que, nenhuma Junta de Freguesia iria ser obrigada a assinar o protocolo, pois não era por causa da Assembleia Municipal aprovar o protocolo que as Juntas eram obrigadas a assiná-lo; que, se as Juntas decidissem assinar o protocolo, a Câmara não o poderia assinar sem a devida autorização da Assembleia Municipal, sendo que a aprovação da proposta em evidência pela Assembleia Municipal não implicava necessariamente imposição às Juntas de Freguesia para assinar os protocolos, mas permitiria à Câmara e às Juntas de Freguesia, que assim o entendessem, assiná-lo. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Dr. José Balugas para referir que se poderia contratar um picheleiro que estaria disponível para fazer serviço nas quatro Juntas de Freguesia. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

---- Usou da palavra a Sra. Deputada Maria Arminda Pimentel para dizer que agora se falava na conjugação de esforços de pais, professores e escola, sendo que tinha trabalhado tantos anos como professora e quando se partia um vidro, era o pai de uma das crianças que colocava o vidro novo e a Sra. Deputada pagava o vidro ou até, muitas vezes, era o próprio pai que o pagava; que, as pequenas reparações estariam logo efectuadas através de uma colaboração estreita entre escola, pais e pessoal da própria localidade, sendo que se os professores e os pais dissessem às crianças para não atirar bolas para os vidros, não riscar as carteiras, não colocar as mãos nas paredes e não atirar pedradas às paredes, muitas das reparações já estavam feitas; que, para as grandes reparações, se as Juntas de Freguesia não tivessem ninguém para fazer as coisas, então, teriam que ter uma conversação com alguém especializado para o efeito e não tendo verba, as Câmaras tinham que assumir essa reparação, ou pelo menos ajudar. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Carlos Milheiro para dizer que, relativamente à intervenção do Sr. Deputado José Balugas, em vez de um picheleiro, seria necessário um pelotão de picheleiros e electricistas, devido ao número de escolas do ensino básico e pré-escolar que existiam. -----

---- Usou da palavra o Sr. Vice-Presidente para dizer que o picheleiro e o electricista seriam contratados por uma escola, sendo que estes iriam à escola uma vez por mês ou quando houvesse necessidade urgente, pois não era um serviço permanente. -----

---- Usou da palavra o Sr. Deputado Dr. Luís Rocha para referir que tinha levantado e mantinha as reservas, mas estava de acordo quando se dizia que era um problema de



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

cada Junta; que, competia à Câmara levantar o problema e estar disponível para a celebração do protocolo. O mesmo Deputado referiu que, relativamente à intervenção da Sra. Deputada Maria Arminda Pimentel, se tinha falado de mentalidades e era importante que essas mentalidades existissem, mas no Seixo, terra esta que toda a gente considerava solidária, os pais que ao Sábado davam o corpo ao manifesto pela Terra, eram habitualmente os membros da Junta de Freguesia. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Narciso Patrão para sugerir que a Câmara poderia pedir autorização para estabelecer acordos com as diversas escolas com uma determinada quantia por sala. -----

---- Usou da palavra o Sr. Vice-Presidente para dizer que não se poderia levar à Assembleia um cheque em branco; que, era óbvio que não se iria pedir a uma Junta de Freguesia que fizesse manutenções de algum vulto numa sala por quatrocentos euros, sendo que este protocolo tinha sido feito na perspectiva da Junta acudir a pequenas coisas e estar mais próxima da população; que, nem a Câmara e nem a Assembleia podiam impor a celebração dos protocolos às Juntas de Freguesia, mas a Câmara não podia celebrar sem a autorização da Assembleia. -----

---- Usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal para dizer que o que se encontrava em causa era a autorização para a Câmara celebrar o protocolo com as Juntas de Freguesia que assim o entendessem, sendo que, mais tarde, as verbas poderiam ser objecto de negociação, tendo que ir à Assembleia. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Carlos Milheirão para dizer que a Lei n.º 169/99 previa as competências da Câmara e das Juntas de Freguesia, sendo que estas últimas tinham



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

competências próprias e delegadas pelo Município, questionando então, se uma vez que a Lei previa essa situação, seria mesmo necessário a aprovação da Assembleia Municipal, a fim do executivo municipal poder celebrar os referidos protocolos com as Juntas de Freguesia e ainda envolvendo valores tão baixos como os indicados. -----

---- Usou da palavra o Sr. Vice-Presidente para referir que a Lei dizia o que era delegável e os protocolos eram sempre de iniciativa municipal e sufragados pela deliberação da Assembleia Municipal; que, a Lei n.º 169/99 dizia o que é que era delegável, sendo que a questão em causa era delegável; que, o acto de delegação era um acto dependente da vontade de um executivo com autorização do órgão deliberativo. -----

---- Seguiu-se a votação, tendo o assunto sido **aprovado por maioria**, com três abstenções dos Srs. Deputados Dr. Luís Rocha, Narciso Patrão e José Balugas. O Sr. Deputado Prof. Luís Lourenço disse que tinha votado favoravelmente, mas com reservas, dado que o Protocolo, em termos funcionais, não era aplicável e quem iria sofrer era a população escolar; que, se havia situações em que era possível aguardar-se um, dois ou três dias, havia outras situações em que não era possível e as Juntas de Freguesia nem sempre, por não terem pessoal especializado para o efeito, poderão ser tão céleres quanto o desejavam; que, no fundo, as reservas do mesmo Deputado eram no sentido das Juntas de Freguesia acautelarem a sua própria função. O Sr. Deputado Dr. Luís Rocha absteve-se pelo facto do protocolo ainda não ter ido à reunião de Junta e não queria que a sua votação fosse, de alguma maneira, indiciadora da decisão final que a Junta teria que tomar; que, votaria favoravelmente por um protocolo que fosse de



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

âmbito mais alargado, pois as Juntas de Freguesia pequenas como a do Seixo e como outras em Mira podiam admitir uma pessoa que resolveria essas e outras situações do dia-a-dia do Seixo. O Sr. Deputado Narciso Patrão absteve-se não pelo facto de estar contra o protocolo, mas sim por este estar mal formulado; que, a Assembleia o que tinha que fazer era proceder à autorização para a Câmara estabelecer esse mesmo protocolo com as Juntas de Freguesia. O Sr. Deputado Carlos Milheirão disse que, ao contrário daquilo que o Sr. Deputado Dr. Luís Rocha tinha dito, tinha levado o referido protocolo à apreciação da Assembleia da Freguesia da Praia de Mira, sendo que a mesma Assembleia estava de acordo que este fosse feito, mas, apesar de ter votado a favor da celebração do protocolo, não queria dizer que, enquanto Presidente da Junta, iria motivar o executivo da Junta de Freguesia da Praia a fazê-lo; que, iria deixar a porta aberta para quem sucedesse o mesmo Deputado nas próximas eleições o pudesse fazer. O Sr. Deputado José Balugas disse que a sua abstenção se devia ao facto de, apesar de estar de acordo que quanto mais protocolos fossem assinados com as Juntas de Freguesia melhor, os quatro Presidentes das Juntas de Freguesia se terem mostrado reservados quanto ao referido protocolo. O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia disse que tinha votado a favor pelo facto de, por um lado, estas pequenas verbas permitiam agilizar e, por outro, continuava a confiar na responsabilidade dos professores, sendo que estes não iriam delegar, de maneira nenhuma, a sua responsabilidade daquilo que era urgente e imediato para cima dos Presidentes das Juntas; que, continuava a pensar que os professores iriam ser responsáveis e os primeiros alertas, sendo que iriam estar na actuação pedagógica, tal como a Sra.



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Deputada Prof. Maria Arminda Pimentel tinha referido anteriormente. O Sr. Vice-Presidente interveio para esclarecer o Sr. Deputado Carlos Milheirão que o Decreto-Lei n.º 169/99 com a nova redacção, no art.º 66.º dizia que a Câmara, sob a autorização da Assembleia Municipal, podia delegar competências nas Juntas de Freguesia interessadas. -----

--- PONTO QUATRO: “Autorização para realização de hasta pública, bem como aprovação das respectivas condições gerais e comissão/júri que deverá presidir à hasta pública, tendente à anexação de áreas à concessão de zonas de caça (parcelas números 3, 4 e 6). -----

---- Interveio o Sr. Vice-Presidente para dizer que estavam em causa algumas áreas que estavam destinadas à zona de caça desportiva, mas essas concessões eram objecto de hasta pública; que, no passado tinha apenas aparecido a Associação de Caçadores de Mira, mas não dispensava que o procedimento fosse objecto da hasta pública, nos termos da Legislação em vigor; que, o que se pedia à Assembleia Municipal era a aprovação do Programa da hasta pública para as parcelas em evidência; que, a zona um e dois já existia e o que se estava a abrir, no momento, eram três novas zonas, ou seja, a três, a quatro e a seis. -----

---- Seguiu-se a votação, tendo o assunto sido **aprovado por maioria**, com duas abstenções dos Srs. Deputados Narciso Patrão e Luís Pinho. O Sr. Narciso Patrão referiu que, antes do 25 de Abril, tinha sido Presidente da Comissão venatória, Presidente do Clube Caçadores de Mira e tinha feito parte de diversas organizações e associações ligadas à caça, apenas para se divertir e por desporto, pois nunca tinha sido



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

caçador/matador; que, ultimamente, se tinha começado a fazer da caça um negócio, e era contra isso, daí a razão pela sua abstenção. O Sr. Deputado Luís Pinho disse que, para além de comungar com certas palavras do Sr. Narciso Patrão, esta situação quase obrigava as pessoas que, quisessem caçar em Mira, fossem sócios da Associativa e ninguém era obrigado a isso; que, para além de limitar o acesso às referidas zonas de caça, a área era cada vez mais restrita às pessoas que não fossem sócias das Associações de Caçadores. -----

--- PONTO CINCO: “Aprovação, nos termos da alínea j) do n.º 2 do art.º 64.º, conjugado com a alínea m) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, dos estatutos da AIRC (Associação de Informática da Região Centro)”.-----

---- Interveio o Sr. Vice-Presidente para dizer que toda a gente sabia que a AIRC era a Associação de Informática dos Municípios da Região Centro e englobava muitas Câmaras Municipais; que, alguns Deputados Municipais e Presidentes de Juntas que já se encontraram na Assembleia Distrital sabiam as dificuldades que existiam, nomeadamente na obtenção de quórum; que, os estatutos da AIRC estavam um pouco desajustados relativamente à gestão moderna e tinha havido necessidade de reformular os mesmos de forma a poder agilizar os procedimentos e a gestão da entidade em causa; que, a AIRC enfrentava a concorrência de empresas muito poderosas no sector, sendo que havia Municípios que tinham aplicações de empresas privadas; que, com os referidos estatutos pretendia-se dar à AIRC uma hipótese de uma gestão mais empresarial, de forma a poder competir com empresas concorrentes; que, o controlo da



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

empresa era dos municípios associados, sendo que esta reformulação dos estatutos tinha que ser ratificada por todas as Assembleias Municipais dos Municípios aderentes para que pudesse produzir efeitos.-----

---- Seguiu-se a votação, tendo o assunto sido **aprovado por unanimidade**.-----

---- **PONTO SEIS: “Autorização, nos termos da alínea i) do n.º 3 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para constituição do direito de superfície ao Ministério da Saúde, desconcentrado na Administração Regional de Saúde do Centro, sobre a área de 1.000 m² sita na Freguesia do Seixo, destinado à construção de uma extensão do Centro de Saúde do Seixo, bem como a favor da Associação de Idosos do Seixo, sobre a área de 29.000 m², sito na freguesia do Seixo, onde se foi exigido um Centro de Dia e onde se deverá construir um lar de idosos e infra-estruturas de apoio à infância”**.-----

---- Interveio o Sr. Vice-Presidente para dizer que, em mil novecentos e noventa quatro, tinha sido desafectada a área de terreno, mais concretamente 30.000 m², para construção de infra-estruturas de apoio aos idosos; que, na altura, tinha-se feito a desafecção e construiu-se a infra-estrutura de apoio aos idosos no Seixo; que, na altura, não tinha sido feita a comunicação às Finanças, a justificação notarial em favor do Município e não tinha sido constituído o direito de superfície, surgindo, no presente momento, a hipótese de construir o posto médico e a extensão de saúde do Seixo, sendo que se tinha acordado com a entidade que fazia a gestão da infra-estrutura de idosos que 1000 m² ficassem para esse fim; que, o que vinha à Assembleia era que, da



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

parcela de 30.000 m² desafectada, esta autorizasse a constituição do direito de superfície em favor do Estado de 1.000 m², sendo que, ao mesmo tempo se resolvia também o problema da instituição em causa, constituindo o direito de superfície de algo que já se detinha, mas, de qualquer forma, tratava-se de um formalismo legal; que, havia um acordo da instituição gestora da infra-estrutura de apoio ao cidadão idoso e aquilo que a Câmara pedia à Assembleia era a autorização para a constituição do direito de superfície de 1.000 m² em favor do Estado para a construção da extensão do centro de saúde do Seixo e 29.0000 m² de constituição do direito de superfície à entidade que já detinha a totalidade da parcela do terreno e tinha concordado em prescindir de 1.000 m², sendo que com a participação às Finanças, a justificação notarial a favor do Município e o respectivo registo com autorização da Assembleia para a constituição do direito de superfície ficavam os formalismos legais todos cumpridos. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Narciso Patrão para dizer que, iria votar favoravelmente na proposta em causa, mas queria lembrar que as construções que tinham sido feitas eram clandestinas. -----

---- Usou da palavra o Sr. Deputado Dr. Luís Rocha para dizer que quem gostaria de estar na presente Assembleia era o Sr. Padre Real; que, este tinha dito ao mesmo Deputado que tinha estado numa reunião da Assembleia Municipal quando, em Maio de mil novecentos e noventa e quatro, tinha saído o decreto de desafecção, sendo que tinha vindo a lutar muito para que este momento pudesse acontecer e que estava a ver que iria para a cova sem ver a situação resolvida; que, o Centro Social Paroquial tinha



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

tido alguma paciência com toda esta situação, pois tinha um centro de dia, mas já poderia ter um lar de idosos se a situação administrativa estivesse regularizada; que, o referido centro também tinha tido uma grande abertura, dado que, no corrente ano, se tinha disponibilizado imediatamente para ceder os mil metros para a concessão da extensão de saúde do Seixo; que, esta extensão ficava bem localizada, dado que ficava muito perto da grande parte dos utentes do dia-a-dia, nomeadamente do centro de dia, da “Cerci” e do futuro lar de idosos. O mesmo Deputado perguntou ainda qual tinha sido a razão da superfície ter sido concedida à Associação de Idosos do Seixo e não ao Centro Social Paroquial, pois esta era a entidade que tinha o centro de dia.-----

---- Usou da palavra o Sr. Vice-Presidente para dizer que era a Associação de Idosos do Seixo que figurava no decreto de desafecção de mil novecentos e noventa e quatro e não se podia fugir da situação, dado que poderiam surgir algumas consequências que poderiam atrasar ainda mais o processo.-----

---- Seguiu-se a votação, tendo o assunto sido **aprovado por unanimidade.** -----

---- Cumprida a ordem de trabalhos da sessão, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, foi solicitada ao plenário autorização para assinatura em minuta da acta respectiva, tendo a mesma sido **concedida por unanimidade.** -----

---- **ENCERRAMENTO:**-----

---- E não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo dezoito horas e trinta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, em que as respectivas deliberações foram todas tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta assinada no final da



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

reunião, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do art.º 92.º, da Lei 169/99,
de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----
